EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

**RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA**

09 de Junho 2021

União Africana: revista publica iniciativas da Primeira-Dama de Angola

Addis-Abeba - Os programas "Transforme vidas, Seja Mulher" e "Roda do Amor", duas iniciativas da Primeira-Dama de Angola, Ana Dias Lourenço, constam de uma revista recentemente lançada pela Organização das Primeiras-Damas Africanas para o Desenvolvimento (OPDAD), sediada em Addis-Abeba (Etiópia).

Com o título "Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres: Um Caminho para a África que Queremos", o livro publica actividades das Primeiras-Damas do continente que compõem a OPDAD, cuja Assembleia-Geral se reúne duas vezes por ano, à margem das cimeiras ordinárias da União Africana (UA), em Addis-Abeba.

Relativamente às acções levadas a cabo pelo Gabinete de Ana Dias Lourenço, o magazine destaca que os programas "Transforme Vidas, Seja Mulher" e "Roda do Amor", desenvolvem acções para a melhoria da saúde materno-infantil e da mulher, assim como, para a promoção da igualdade do género e do empoderamento da mulher, em especial da jovem menina.

Destaca estar em preparação um programa de educação, para jovens meninas, em habilidades para a vida, e outro com foco na literacia financeira.

A publicação menciona que, em 2019, o Gabinete desenvolveu acções destinadas a jovens, para promover valores como patriotismo, coragem, resiliência, auto-estima e amor ao

próximo, e promoveu, entre jovens meninas, debates sobre saúde mental e reprodutiva, bem como encontros motivacionais. A OPDAD tem actualmente como presidente a Primeira-Dama da República do Congo, Antoinette Sassou Nguesso, e como vice-presidente a sua homóloga do Zimbabwe, Amai Auxillia Mnangagwa.

A organização trabalha, há mais de uma década, em estreita colaboração, com a Comissão da União Africana, nomeadamente o Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, o que possibilitou a implementação da campanha "Nascer Livre para Brilhar", através da qual os Estados-Membros da UA se comprometem em acabar com o HIV infantil e manter as mães saudáveis.

A campanha "Nascer Livre para Brilhar" está activa em 22 países africanos, entre os quais Angola. (ANGOP)+++

Angola e Turquia analisam reforço da cooperação nos transportes

Luanda - O ministro dos Transportes, Ricardo Viegas D'Abreu, analisou nesta terça-feira, em Ankara, Turquia, com o seu homólogo turco, Adil Karaismailoglu, o incremento da cooperação bilateral no sector que dirige.

Ricardo D'Abreu abordou com Adil Karaismailoglu a cooperação nas áreas da aviação civil e das infraestruturas ferroviárias e abriu aos empresários turcos dos sub-sectoros marítimo-portuários e ferroviário oportunidade para investirem em Angola.

Disse haver oportunidades de investimento estrangeiro, a exemplo do concurso público internacional sobre a modernização e gestão do Porto do Lobito, recentemente lançado, além de estar em preparação outro relacionado com o Corredor do Lobito.

O ministro angolano considerou a visita como mais um marco no reforço das relações entre os dois países e exprimiu a convicção de que Angola e a Turquia possam caminhar no sentido de arquitectarem laços estratégicos de mútuo interesse.

De acordo com uma nota enviada à ANGOP, o programa de visita de Ricardo D'Abreu compreende visitas e encontros, em Istambul, com os principais grupos empresariais dos segmentos dos Transportes e Infraestruturas, com destaque para a empresa Yapi Merkezi.

A Yapi Merkezi construiu o Túnel Euroásia, submerso à uma profundidade de mais de 100 metros, com uma extensão de 14 quilómetros, no estreito de Bosphorus, sendo uma obra considerada "arte emblemática" da engenharia turca.

Os referidos encontros constituem igualmente uma oportunidade para explorar a uma janela de abertura ao mercado turco, na medida em que o ministro angolano vai partilhar a visão e projectos do Plano Director Nacional do Sector dos Transportes e Infraestruturas Rodoviárias.

A ocasião servirá também para Ricardo D'Abreu apresentar o projecto de construção do Metro de Superfície de Luanda, que se encontra na forja e cuja edificação impõe a presença, dentre outras, de competência e investimento.

Durante a sua estada naquele país, o governante angolano manterá também conversações com responsáveis da Turkish Airlines e, antes do seu regresso ao país, ser-lhe-ão apresentados os passos da construção e operação do novo Aeroporto de Istambul, inaugurado há dois anos e considerado um dos maiores e mais modernos do mundo.

Integram a delegação angolana funcionários seniores da Transportadora Aérea Angolana - TAAG, da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ex-INAVIC) e do Ministério dos Transportes.

(ANGOP)+++

Angola vai decidir opção por um segundo programa junto do FMI

Luanda - A ministra das Finanças, Vera Daves, disse, nesta terça-feira, que o Executivo está a discutir e a avaliar as várias opções possíveis para apostar num segundo programa de financiamento junto do Fundo Monetário Internacional (FMI), tão logo termine o actual, de um pacote de 4,5 mil milhões de

dólares. O FMI prevê anunciar, nesta quarta-feira, os resultados da sua última revisão ao programa de financiamento a Angola, assunto sobre o qual o Governo angolano está a trabalhar, arduamente, para atingir as metas e as medidas por si definidas, de acordo com a governante.

"O FMI tem-nos apoiado muito a nível técnico e financeiro. Continuamos comprometidos com o programa e estamos muito optimistas em relação ao resultado da próxima avaliação", manifestou Vera Daves em entrevista a agência de notícias norte-americana Bloomberg, que também é empresa de tecnologia e dados para o mercado financeiro.

Sobre a eventualidade de um segundo programa do FMI tão logo termine o programa actual, a ministra fez saber que, "neste momento, se está a discutir e a avaliar as várias opções que estão disponíveis", e que internamente, com a equipa do Fundo Monetário Internacional, se avaliam os prós e contras de cada opção, para se tomar a decisão final.

Sobre o impacto da pandemia da COVID-19 na economia angolana, Vera Daves referiu que a mesma teve fortes efeitos, directos e indirectos, destacando, entre outros, o aumento da despesa com a saúde e a baixa dos preços do petróleo e queda do crescimento do país.

"E todas estas reformas necessárias abalaram-nos muito porque ainda importamos muito daquilo que consumimos. E tudo isto teve grande influência/impacto na inflação", admitiu.

O Banco Central, acrescentou, está a tomar medidas relativamente à Política Monetária, mas "o mais importante é pôr em prática as medidas necessárias para crescer, gerar receita e tornar a nossa moeda mais forte para melhorar as nossas reservas internacionais, a nossa taxa de câmbio e inflação".

Quanto as previsões de crescimento, frisou que o país continua, ainda, muito dependente do sector petrolífero, mas que se tem trabalhado muito com esta indústria, motivando os seus actores a investirem sem receio e, assim, estabilizar-se a produção, para se parar de cair e começar-se a crescer.

Na ocasião salientou que, não obstante estas situações, também estão a ser criadas as condições para se alavancar outros sectores, como a agricultura, pequenas indústrias, pesca e serviços financeiros para o mercado de capitais.

"Estamos a criar as infra-estruturas e um ambiente propício a atrair este tipo de investimento", disse. A Bloomberg L.P. é uma empresa de tecnologia e dados para o mercado financeiro e agência de notícias operacional em todo o mundo, com sede em Nova York. A empresa foi fundada em 1982 por Michael Bloomberg, ex-prefeito da cidade de Nova York de 2002 a 2013. (ANGOP)++++

Deputados divergem sobre jubilação dos magistrados judiciais

Luanda - Os deputados angolanos divergiram, esta terça-feira, sobre a jubilação dos juizes de qualquer jurisdição que completam 70 anos de idade, no âmbito do Projecto de Lei de Revisão Constitucional, em discussão no Parlamento.

A norma em apreço refere que os juizes de qualquer jurisdição jubilam quando completam 70 anos de idade. A votação desse artigo, que não reuniu consenso entre os legisladores, foi feita em separado, obtendo 17 votos a favor, três contra e nenhuma abstenção.

A deputada da UNITA Mihaela Webba e o independente David Mendes entendem que a jubilação devia restringir-se aos magistrados judiciais de carreira. Expressaram que os juizes do Tribunal Constitucional e de Contas, por não serem juizes de carreira, mas de especialidade, não se podem comparar com os magistrados judiciais do Tribunal Supremo, por exemplo, que são profissionais de carreira.

Em contra ponto, o deputado João Pinto, do MPLA, disse que os magistrados judiciais têm uma carreira que os eleva a uma categoria de pessoas moral e tecnicamente capazes de exercer essa função, independentemente do tribunal em que estejam vinculados.

Lembrou que a lei em vigor já reconhece e equipara os magistrados judiciais e dos outros tribunais, e que a jubilação, no quadro dessa lei, "curiosamente é também aos 70 anos". "Então quem chega ao Tribunal Constitucional ou Tribunal de Contas, o período que lá estiver não tem direito à jubilação?" indagou.

Disse ser preciso reflectir se se quer criar ilhas ou um sistema que reconheça que existe um poder judicial em que há direitos, deveres e garantias. A propósito, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, aclarou que a proposta em apreço é uma opção constitucional, que é feita em função dos objectivos, valores e perspectivas que existem nos diferentes domínios.

Explicou que a proposta vêm no sentido de todos os juizes, independentemente da jurisdição a que façam parte (comum ou jurisdição especializada) jubile aos 70 anos, lembrando que no Tribunal Constitucional também existem juizes de carreira.

"Este é o sentido da proposta que visa garantir uma uniformidade no poder judicial, de modo que todos que entram para a classe, quer por via da jurisdição comum (carreira), quer por via da jurisdição especial, exista um regime uniforme que ao completarem 70 anos jubilem", venceu.

O ministro clarificou também a retirada, do texto Constitucional, do provedor de Justiça na epígrafe dos órgãos auxiliares da administração da justiça. "O provedor de Justiça é um órgão administrativo, intermedeia cidadão e administração pública, nem intermedeia cidadão e poder judicial, pelo que colocá-lo num capítulo sobre os órgãos auxiliares da administração da justiça não é correcto", venceu.

Na Constituição vigente, o provedor de Justiça está num capítulo sobre os órgãos auxiliares da administração da justiça. "Provavelmente esta inserção terá sido feita por o órgão se designar provedor de Justiça, mas a dimensão do provedor de Justiça não lhe coloca como órgão essencial à administração da justiça", argumentou.

Tribunal Supremo passa a lugar cimeiro na justiça

O Tribunal Supremo passa a lugar cimeiro sobre os outros tribunais superiores, no âmbito da Proposta de Revisão Constitucional, de iniciativa do Titular do Poder Executivo.

O artigo 176 (sistema jurisdicional) do Projecto de Lei de Revisão Constitucional em discussão, na especialidade, refere que os tribunais superiores da República de Angola são o Tribunal Supremo, o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Militar.

Na Lei Magna em vigor, o Tribunal Constitucional tem precedência sobre o Tribunal Supremo. O secretário de Estado da Justiça, Orlando Fernandes, entende que faz pleno sentido que figure o Tribunal Supremo em primeiro lugar pelo facto de ser o tribunal comum, ou seja, que lida com as questões comuns ou gerais, sendo que outros apenas cuidam de questões específicas.

Votação por unanimidade

Os deputados votaram hoje, por unanimidade, os artigos 174 (função jurisdicional), 176 (sistema jurisdicional), 180 (Tribunal Constitucional), 182 (Tribunal de Contas), 183 (Supremo Tribunal Militar) e 184 (Conselho Superior da Magistratura Judicial).

A discussão do Projecto de Lei prossegue na quarta-feira com a apreciação dos artigos 198 (Objectivos e Princípios Fundamentais), 199 (Estrutura da Administração Pública), 213 (Órgãos autónomos do Poder Local e o artigo 242 sobre a Institucionalização das Autarquias Locais).

A Proposta do Presidente da República fixa revisão Constitucional aos artigos e números nela constantes, não podendo os deputados inserir e discutir outros artigos da Constituição da República.

A Assembleia Nacional é o único órgão com competência para aprovar alterações à Constituição, sendo que os deputados, tal como o Titular do Poder Executivo, também têm iniciativa de revisão da Constituição.

A proposta de revisão pontual da Constituição, de iniciativa do Presidente da República, prevê alterar 28 artigos, editar seis artigos e fazer quatro revogações. Trata-se da primeira iniciativa de revisão constitucional, no âmbito da Constituição de 2010, exercida 11 anos após o início da sua vigência. (ANGOP)+++

Ministério da saúde entrega medicamentos para combate à malária

Lobito - A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, entregou esta terça-feira, no Lobito, província de Benguela, medicamentos e testes rápidos para facilitar o diagnóstico e tratamento da malária e outras doenças, soube a ANGOP.

No seu roteiro, foram incluídos os hospitais Pediátrico do Lobito, da centralidade "Dom Óscar Braga" e de São Pedro, na Catumbela, todos beneficiados com fármacos. Segundo a governante, Benguela é endémica em termos de malária e por isso decidiu-se fazer um diagnóstico para reduzir a pressão nas unidades de referência, tais como os hospitais municipais e o provincial.

Disse que o objectivo é que os pacientes saiam do hospital já com os medicamentos, ao invés de andarem com as receitas à procura da medicação. "Trouxemos uma parte dos medicamentos em dois contentores de 40 e 20 pés e outra de avião. Além disso, está prevista a chegada de outros lotes com analgésicos, anti-inflamatórios e anti-piréticos para outras doenças", revelou a ministra.

Informou ter encontrado a população pediátrica bastante afectada e, por esta razão, o Ministério da Saúde está a trabalhar num plano de contingência para combater a malária. Anunciou também a criação de condições para ter alguns serviços de pediatria satélites.

Sílvia Lutucuta recomendou o uso das boas práticas em relação ao saneamento básico, começando pelo combate às águas paradas e o controlo dos recipientes abertos, para evitar o desenvolvimento das larvas.

Em relação à Covid-19, adiantou o reforço de meios para colheita, transporte e amostras para os testes de TPCR, e de vacinas para a província. A província de Benguela tem uma população estimada em 2.477.595 habitantes (censo de 2014), distribuídos por 10 municípios. (ANGOP)+++

MED abre concurso público de actualização da carreira dos professores

Luanda - O Ministério da Educação (MED) anunciou, nesta terça-feira, em Luanda, a abertura do concurso público de acesso para actualização da carreira dos professores do ensino primário e secundário.

De acordo com uma nota de imprensa a que a ANGOP teve acesso, o procedimento do concurso se conforma com estabelecido nos termos de referência aprovado por Decreto Executivo Conjunto dos Ministérios da Educação e da Administração do Território e demais legislação em vigor.

O MED avança que visa prover as vagas existentes no quadro de pessoal do sector da Educação nas carreiras de professor do ensino primário e secundário. O concurso, de âmbito nacional, vai abranger 181 mil e 624 professores que foram admitidos até ao ano de 2013.

O documento faz ainda referência que a recepção dos processos dos professores decorrerá num período de 45 dias, sendo que os docentes poderão inscrever nos postos criados a nível municipal, de forma presencial.

O departamento ministerial aponta ainda que não serão aceites candidaturas fora do prazo estabelecido (mês de Junho e Julho), candidatos com menos de cinco anos de serviço, bem como aqueles que apresentarem cópia do certificado de habilitação.

A comissão técnica deverá proceder afixação das listas dos promovidos nas respectivas escolas e municípios, num prazo de 22 dias úteis após a conclusão dos trabalhos finais. Dados

disponíveis indicam que o sector conta, actualmente, com 210 mil e 674 docentes. (ANGOP)+++

JORNAL DE ANGOLA

On Line

QUARTA - FEIRA, 09 DE JUNHO DE 2021

Executivo optimista em relação à próxima avaliação do FMI

A ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, disse, esta terça-feira à Bloomberg que, este ano, Angola não deverá ir ao mercado Internacional captar novos financiamentos por via da emissão de títulos da dívida soberana, tendo deixado em aberto tal possibilidade para o próximo ano, após avaliada as condições no momento.

De acordo com Vera Daves de Sousa, o Governo tem feito um trabalho notável e com reconhecimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), razão pela qual mantém forte optimismo com a próxima avaliação.

Em relação aos efeitos da Covid-19, a ministra das Finanças reconheceu o impacto directo e indirecto provocado pela pandemia no desempenho económico do país, mas reiterou a aposta na diversificação como solução à queda da performance do sector petrolífero nas contas nacionais.

"O impacto directo é sentido no aumento da despesa com a saúde e o indirecto pelos preços do petróleo e queda do crescimento da economia. E todas estas reformas necessárias

"abalaram-nos" muito porque ainda importamos muito daquilo que consumimos. Tudo isto teve grande influência/impacto na inflação", esclareceu.

Compromisso com o FMI

Segundo fez saber a ministra das Finanças, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem apoiado bastante o Executivo angolano, a nível técnico e financeiro, pelo que é expectável a continuidade do compromisso entre as partes no âmbito do programa de assistência técnica e financeira. "Estamos muito optimistas em relação ao resultado da próxima avaliação", disse.

Vera Daves de Sousa, na entrevista de cerca de quatro (4) minutos que concedeu ao canal de Televisão Bloomberg disse que, neste momento, o Banco Nacional de Angola (BNA) está a tomar medidas de estabilização da política monetária, considerando, todavia, como mais importante pôr-se em prática medidas necessárias para promover o crescimento, gerar receitas e tornar a moeda nacional mais forte de forma a também melhorar as reservas internacionais, a taxa de câmbio e a inflação.

"Continuamos, ainda, muito dependentes do sector petrolífero e temos trabalhado muito com esta indústria para motivá-los a investir e assim estabilizar a nossa produção. É preciso travar a actual tendência de queda para que comecemos a crescer.

Contudo, também estamos a criar condições para alavancar outros sectores, como a agricultura, pequenas indústrias, pesca e serviços financeiros para o mercado de capitais", declarou a ministra Vera Daves de Sousa. (J.A)++++

Angola convida sul-africanos na construção da refinaria do Lobito

O ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, convidou ontem, em Luanda, as empresas sul-africanas a investirem no sector mineiro angolano, bem como a participarem na construção da refinaria de Lobito (Benguela).

No encontro que manteve com o embaixador sul-africano, Oupa Monareng, com quem abordou questões ligadas às oportunidades de negócio nos dois países, Diamantino Azevedo pediu aos empresários daquele país da SADC, a apostarem também nos sectores de Armazenagem e Distribuição de Combustíveis.

O ministro falou também do alargamento, até 9 de Julho, do prazo de entrega das propostas de licitação das bacias terrestres do Baixo Congo e Kwanza.

Assistência técnica

Por sua vez, o diplomata sul-africano transmitiu a posição e o interesse do seu país em oferecer assistência técnica ao Governo angolano, no sector dos Recursos Minerais. Para ele, a Covid-19 constitui um entrave ao crescimento do negócio entre os dois países, já que, segundo exemplificou, o interesse no gás angolano era de 1,23 milhões de dólares e perto de 499 milhões em outros recursos.

"Estes investimentos abrandaram devido à pandemia", explicou Oupa Monareng. Disse haver "disposição para auxiliar" Angola em vários domínios, tendo pedido mais divulgação das potencialidades minerais de Angola, para que os investidores sul-africanos possam apostar.

A África do Sul importa quantidades significativas de petróleo bruto de Angola, tendo gasto em 2020, cerca de 35 milhões de dólares americanos. Comparados os anos 2018 e 2019, onde as importações estiveram acima de mil milhões de dólares, o embaixador revelou que os do ano passado "são insignificantes". Oupa Ephraim Monerang foi acreditado em Angola em Dezembro de 2020. (J.A)++++

UA aprova programa de estímulo ecológico

O Comité de Chefes de Estado e de Governo Africano (CAHOSCC) aprovou, ontem, em Addis Abeba (Etiópia), o programa de estímulo ecológico, que visa acelerar a

implementação, em grande escala, dos projectos ambientais e de desenvolvimento sustentável.

O programa prevê a mobilização de recursos, apoio técnico e desenvolvimento de capacidades, bem como uma melhor coordenação e cooperação, de forma a contribuir para reforçar a acção climática no continente.

O Comité de Chefes de Estado e de Governo Africano sobre as alterações climáticas reconheceu, por outro lado, as necessidades especiais e as circunstâncias de África que contribuem para a vulnerabilidade dos países africanos às alterações climáticas.

Ainda assim, assumiram o compromisso em assegurar uma abordagem multilateral eficaz para lidar com as alterações climáticas através da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a matéria e do Protocolo de Quioto, bem como do Acordo de Paris.

Reiteraram a disponibilidade para a sua implementação, de acordo com os princípios e disposições da Convenção, enfatizando, ao mesmo tempo, o acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e reconhecendo as necessidades específicas e circunstâncias especiais dos países africanos.

A comissária da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável, Josefa Sacko, que moderou o encontro, realizado no formato virtual, considerou que as mudanças climáticas continuam a ser um dos principais desafios no actual momento com impactos negativos crescentes nas economias, meios de subsistência, infra-estrutura e biodiversidade.

"A pandemia da Covid- 19 colocou pressão adicional, por isso, será urgente a tomada de acções para enfrentar a crise planetária de mudança climática e perda da natureza", apelou.

No entender da comissária da União Africana, os países africanos têm vindo a enfrentar o desafio de contribuir para fazer face às mudanças climáticas, que não respeitam fronteiras,

apesar de terem uma responsabilidade mínima nas causas dessas alterações. Não obstante a vontade e o empenho inabaláveis de África em combater as alterações climáticas, disse, "a resposta do continente africano é severamente limitada pela natureza inadequada, imprevisível e muitas vezes imprópria para a finalidade do financiamento climático, bem como pelo apoio insuficiente ao desenvolvimento e à transferência de tecnologia".

Participaram no encontro de alto nível o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, na qualidade de coordenador do Comité, Moussa Faki Mahamat, presidente da Comissão da União Africana, e os embaixadores da África do Sul, República Democrática do Congo e Djibouti e as missões permanentes junto da União Africana.

Revista divulga iniciativas da Primeira-Dama de Angola

Os programas "Transforme Vidas, Seja Mulher" e "Roda do Amor", duas iniciativas da Primeira-Dama de Angola, Ana Dias Lourenço, constam de uma revista recentemente lançada pela Organização das Primeiras-Damas Africanas para o Desenvolvimento (OPDAD), sediada em Addis-Abeba (Etiópia).

Com o título "Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres: Um Caminho para a África que Queremos", o livro publica actividades das Primeiras-Damas do continente que compõem a OPDAD, cuja Assembleia-Geral se reúne duas vezes por ano, à margem das cimeiras ordinárias da União Africana (UA), em Addis-Abeba, capital etíope.

Relativamente às acções levadas a cabo pelo Gabinete da Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço, o magazine destaca que os programas "Transforme Vidas, Seja Mulher" e "Roda do Amor", desenvolvem acções para a melhoria da saúde materno-infantil e saúde da mulher, assim como para a promoção da igualdade de género e empoderamento da mulher, em especial da jovem menina.

Frisa estar em preparação um programa de educação para jovens meninas, em habilidades para a vida e outro com foco na literacia financeira. A publicação menciona que em 2019 o

Gabinete da Primeira-Dama desenvolveu acções destinadas a jovens para promover valores como patriotismo, coragem, resiliência, auto-estima e amor ao próximo e promoveu entre jovens meninas debates sobre saúde mental e reprodutiva e encontros motivacionais.

A OPDAD tem actualmente como presidente a Primeira-Dama da República do Congo, Antoinette Sassou Nguesso, e como vice-presidente a sua homóloga do Zimbabwe, Amai Auxillia Mnangagwa. (J.A)++++

Covid-19: Novas regras entram em vigor nesta quarta-feira

As novas regras sobre a Situação de Calamidade Pública, começam a vigorar a partir desta quarta-feira (9), para um período de 30 dias, com objectivo de combater o novo coronavírus no país.

Com essas medidas de protecção, o Executivo pretende reduzir as entradas e saídas de pessoas em Luanda, por ser a região mais afectada e que mais viola o cumprimento das regras de prevenção da Covid-19.

As novas regras anunciadas em conferência de imprensa, nesta terça-feira (7), pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, mantém a obrigatoriedade do uso da máscara em locais públicos, bem como o recolhimento domiciliar das 22H00 às 5H00 da manhã.

Adão de Almeida sublinhou que os serviços públicos em Luanda mantém-se com a força de trabalho de 50% das 8h às 15horas, enquanto as demais províncias continuam com 75% da força trabalho.

São permitidos a totalidade da força de trabalho os serviços portuários, aeroportuários, delegações aduaneiras, Órgãos de Defesa e Segurança, Saúde, comunicações electrónicas, Comunicação Social, Energia, Águas e recolha de resíduos.

O Decreto Presidencial mantém igualmente o encerramento das fronteiras terrestres e aéreas, excepto em casos

excepcionais, como entrada e saída de carga, mercadoria, ajuda humanitária e transladação de cadáveres sem morte por Covid-19.

Testes pós-desembarque

Os testes pós-desembarque no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, passam agora a ser comparticipados, cujas modalidades de pagamento serão definidas numa avaliação conjunta entre os ministérios das Finanças, Saúde e dos Transportes.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, avançou, também, que a quarentena institucional para os passageiros provenientes do exterior do país, passa de sete para 10 dias.

O novo Decreto prevê que a violação do isolamento domiciliar dá origem à responsabilização criminal nos termos da lei, sem prejuízo da colocação compulsiva do infractor em isolamento institucional e de aplicação de multa, que varia entre os 250 e 300 mil kwanzas. *(J.A)++++*

Aprovados projectos agrícolas

Quatro projectos do sector da Agricultura foram aprovados e submetidos à banca (na semana de 31 de Maio à 4 de Junho), dos quais três no Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e um no BFA, anunciou ontem, em Luanda, o secretário de Estado para o Planeamento.

Milton Reis que fazia o habitual briefing bissemanal disse que um total de 95 projectos estão em fase de negociação, destes 69 através do Aviso 10/20 do BNA, um da linha de crédito do Deutsche Bank, um do Decreto Presidencial 98/20 Bens de Origem Nacional e 24 do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

No geral, desde 2019 os instrumentos e produtos financeiros ao dispor do PRODESI viabilizaram a aprovação de 787 projectos, perspectivando aproximadamente 50 mil postos de trabalho, num investimento de cerca de 649,7 mil milhões de

kwanzas.

Microcrédito sem pedidos

Sobre o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), Milton Reis disse que na semana em análise, não foram registados pedidos de crédito. Desde a operacionalização da linha de financiamento de microcrédito das Medidas do Alívio Económico, foram registados 2.365 pedidos, num valor aproximado de 5,5 mil milhões de kwanzas.

O Stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se nos 1,9 mil milhões de kwanzas.

O produto financeiro Decreto Presidencial 98/20 já permitiu a formalização de 1.062 micro e pequenas empresas, sendo que até ao final de 2022, a meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) formalizar dois mil microempreendedores. Para este ano, avançou, a programação é de 7.505 de microempreendedores formalizados, sendo que em 2021 já foram formalizados 812.

Até agora, desde operacionalização da linha de microcrédito, foram criados 2.461 postos de trabalho. No âmbito das acções desenvolvidas pelo Ministério da Economia e Planeamento, no período em referência, no domínio da Economia, foram desbloqueados e entregues aos promotores nove certificados de não devedores do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), somando já desde o início do ano, 238 documentos diversos.

Quanto ao ambiente de negócios, disse, na semana em referência serviu para os sectores intervenientes no projecto ajustarem as acções a desenvolver, tendo em conta o alcance das metas estabelecidas no plano de acção para o ano 2021. (J.A)++++